

Pimenta nos olhos dos outros!

Roberto Lobo 25 de novembro de 2013

O povo protestou nas ruas e o governo tentou devolver a responsabilidade de efetuar as mudanças, inclusive a reforma política por meio plebiscito. A proposta inicial ainda era pior – uma constituinte no calor do movimento, com maioria governista no Parlamento e uma liderança do partido majoritário que defende os envolvidos no Mensalão e que idolatra os novos ditadores da América Latina, os mesmos que modificaram as constituições de seus países para se perpetuarem no poder.

O “Custo Brasil”, originário dos altos impostos pagos por todos para manter uma máquina governamental ineficiente, revolta a parte da população que percebe que o dinheiro pago ao governo não vem sendo bem utilizado.

Mas os custos e a ineficiência da máquina pública têm suas origens na própria formação econômica do Brasil. Como descrevem os economistas D. Acemoglu, do Massachusetts Institute of Technology (MIT), e J. Robinson, de Harvard, em seu livro “Por que as Nações Fracassam”, os países de origem extrativista, como o nosso, tendem a construir democracias precárias, uma vez que nunca passaram por experiências de associações comunitárias para construção de uma gestão pública efetivamente participativa voltada para o bem comum.

Os países em que a colonização exigiu uma associação comunitária entre seus integrantes foram os que, no logo prazo, criaram sociedades mais inclusivas e democráticas. Não somente a democracia do voto universal, mas a efetiva democracia de respeito ao cidadão e à sua voz.

Nos países que nasceram e se desenvolveram em economias extrativistas as oligarquias se afastam do povo e lutam permanentemente para manter seus privilégios, atuando contra a mudança e sufocando a inovação, tanto cultural quanto tecnológica, porque essas representam ameaças e põem em risco a dominação das elites.

Criaram-se nesses países duas classes, a dos ricos e poderosos e a dos trabalhadores, sem direitos e sem participação na condução da coisa pública. A oligarquia no poder se perpetua e goza de privilégios de toda sorte, mantendo um estilo de vida totalmente à parte do restante da população. Por isso, não percebe as dificuldades pelas quais passa um cidadão comum.

A pouca sensibilidade aos destinos da massa da população explica os poucos investimentos públicos em saúde, educação, transporte, habitação, segurança e a ausência de tradição filantrópica que se observa em outros países.

É o que acontece no Brasil. As pessoas que participam dos três poderes da República gozam de privilégios que obscurecem a visão das necessidades cotidianas de seus concidadãos. Eles não precisam de transporte público, porque têm carros oficiais para transportá-los e às suas famílias (mesmo que ao arrepio da lei), não precisam de saúde pública porque são atendidos graciosamente nos melhores hospitais, têm auxílio moradia, viagens, auxiliares e mordomias pagas pelos contribuintes.

Como vão entender as necessidades do trabalhador que viaja de trem, de metro, utiliza o SUS, dirige em ruas e estradas com péssima pavimentação, manda seus filhos para uma escola mal tratada e mal gerida e luta com dificuldade para financiar a casa própria?

Agora que alguns políticos foram sentenciados a cumprir pena estamos ouvindo o clamor intenso contra as condições pavorosas de nossas prisões. Parentes e amigos dos condenados, articulados e com acesso à imprensa, vão protestar contra as arbitrariedades e condições de vida sub-humana das prisões. Romarias de políticos e altos escalões fazem fila para visitas e avaliações dessas prisões. É provável que as condições dessas penitenciárias venham a melhorar por causa disso.

Não é, portanto, somente o custo do governo que nos atinge, mas a forma como essa oligarquia permanente se alheia aos problemas cotidianos porque se cercaram de privilégios que blindam sua visão das necessidades diárias do cidadão.

Não basta, por isso, baixar os custos do governo enxugando marginalmente sua máquina administrativa, o que é imperioso, mas é preciso fazer com que nossos governantes sintam na pele as agruras do cidadão comum, sem falar nos portadores de necessidades especiais. Só assim eles se mobilizarão para consertar o que aflige nossa vida diária.

Para melhorar a educação brasileira talvez devêssemos exigir, como propôs Cristovam Buarque, que os filhos de nossos políticos frequentem, de fato, escolas públicas!